

Christiano Cassettari

Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Especialista em Direito Notarial e Registral pela PUC Minas. Professor do Damásio Educacional. Professor de Direito Civil da Universidade São Judas Tadeu em São Paulo. Coordenador dos cursos de especialização em Direito Notarial e Registral do Damásio Educacional e em Direito Imobiliário da Escola Superior da Advocacia da OAB-SP. Coordenador da Escola Nacional dos Notários e Registradores da ANOREG. Coordenador da Coleção Cartórios, publicada pela Editora Saraiva. Membro da União Mundial dos Agraristas Universitários (UMAU). Registrador Civil das Pessoas Naturais em Salvador/BA e parecerista.
www.professorchristiano.com.br

Elementos de **DIREITO CIVIL**

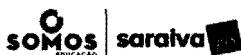
Obra completa em **VOLUME ÚNICO**

6ª edição

2018

saraiva 

ISBN 978-85-472-2896-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-9117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente	Claudio Lensing
Diretora editorial	Flávia Alves Bravin
Conselho editorial	
Consultor acadêmico	Murilo Angeli Dias dos Santos
Gerência	
Planejamento e novos projetos	Renata Pascual Müller
Editorial	Roberto Navarro
Edição	Iris Ferrão
Produção editorial	Ana Cristina Garcia (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
Planejamento e processos	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Ferrmino Kelli Priscila Pinto Marilya Cordeiro Fernando Penteado Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos	Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Diagramação e revisão	Fabricando Ideias Design Gráfico
Comunicação e MKT	Carolina Bastos Elaine Cristina da Silva
Capa	Tiago Dela Rosa Sergio Luiz Pereira Lopes
Produção gráfica	Marli Rampim
Impressão e acabamento	Corprint

Cassettari, Christiano

Elementos de direito civil / Christiano Cassettari. – 6. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

17-1780

CDU 347(81)

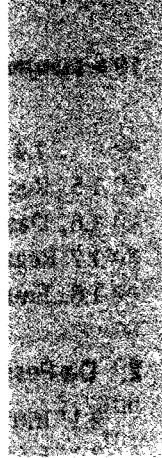
Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 2-2-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604789 CAE 624030



Índice

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação da 6ª edição</i>	23
Introdução ao estudo do Direito Civil Constitucionalizado	27
1. O Código Civil vigente.....	27
2. Constitucionalização do Direito Civil	27
3. Princípios informadores do Código Civil.....	28
4. A divisão do Código Civil.....	30
1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei n. 4.657, de 4-9-1942	31
1.1. Aspectos gerais.....	31
1.2. Finalidade da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	32
1.3. Mecanismos de integração (fontes do direito)	32
1.3.1. Fontes imediatas, formais ou diretas	32
1.3.2. Fontes mediatas, não formais ou indiretas.....	32
1.4. Da lei.....	33
1.4.1. Classificação das lacunas	33
1.4.2. Antinomias.....	34
1.4.2.1. Classificação das antinomias.....	34
1.4.2.2. Forma de resolução de antinomias.....	34
1.4.3. Elaboração, promulgação e publicação da lei.....	35
1.4.4. Nascimento da lei – validade, vigência e eficácia	35
1.4.5. Vigência da lei no tempo (início da vigência da lei).....	36
1.4.6. Formas de revogação.....	37
1.4.7. Vigência da lei no espaço	38

1.4.8. Interpretação das leis	38
1.5. Regras de alcance da lei nova no ordenamento jurídico	39
1.6. Das fontes secundárias (analogia, costumes e princípios gerais de direito)	40
1.7. Regras de direito internacional previstas na LINDB.....	41
1.8. Enunciado do CJF sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	43
2. Da Pessoa Natural.....	45
2.1. Introdução e conceito	45
2.2. Início da personalidade civil da pessoa natural.....	45
2.3. Do nascituro.....	47
2.4. Do domicílio da pessoa natural	49
2.5. Da capacidade civil	51
2.6. Da aquisição da capacidade civil de fato.....	52
2.6.1. Cessação da incapacidade por emancipação	53
2.6.2. Consequências da emancipação	56
2.7. Incapacidade – conceito e espécies	57
2.8. Dos direitos da personalidade (arts. 11 a 21 do CC).....	60
2.8.1. Conceito de direitos da personalidade	60
2.8.2. Exemplos de direitos da personalidade	61
2.8.3. Características dos direitos da personalidade (art. 11 do CC)	61
2.8.4. Tutela jurisdicional dos direitos da personalidade (art. 12 do CC)	62
2.8.5. A disposição do corpo vivo e a proteção dos direitos da personali- dade (art. 13 do CC)	63
2.8.6. A disposição do corpo morto e a proteção dos direitos da personali- dade (art. 14 do CC) – consenso afirmativo e negativo.....	66
2.8.7. O direito ao esclarecimento e a morte digna como proteção dos direitos da personalidade (art. 15 do CC) – consentimento informa- do e diretivas antecipadas de vontade (DAV)	66
2.8.8. O nome da pessoa natural como direito da personalidade e as ques- tões dele decorrentes (arts. 16, 17, 18 e 19 do CC). A proteção do pseudônimo	70
2.8.9. A proteção da imagem e da vida privada da pessoa natural como um direito da personalidade (arts. 20 e 21 do CC). A questão das biogra- fias não autorizadas e dos requerimentos proibitivos aos provedores de internet.....	74
2.9. Extinção da personalidade jurídica da pessoa natural	76
2.10. Ausência, sucessão provisória e definitiva	77
2.11. Resumo esquemático sobre ausência.....	80
2.12. Comoriência.....	81
2.13. Súmulas e enunciados do CJF sobre pessoa natural.....	82
3. Da Pessoa Jurídica	87
3.1. Conceito e natureza jurídica	87

3.2. Desconsideração da pessoa jurídica.....	88
3.3. Da administração da pessoa jurídica.....	92
3.4. Classificação da pessoa jurídica.....	92
3.5. Das associações civis (arts. 53 a 61 do CC).....	94
3.6. Das fundações particulares (arts. 62 a 69 do CC).....	95
3.7. Das sociedades (arts. 981 a 1.141 do CC).....	98
3.8. Resumo esquemático sobre pessoa jurídica.....	99
3.9. Início da existência legal.....	100
3.10. Capacidade da pessoa jurídica.....	101
3.11. Domicílio.....	102
3.12. Grupos despersonalizados.....	102
3.13. Enunciados do CJF sobre pessoa jurídica.....	104
4. Dos Bens.....	107
4.1. Conceito.....	107
4.2. Classificação dos bens.....	107
4.2.1. Bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC).....	107
4.2.2. Bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC).....	111
4.2.3. Bens particulares e públicos (arts. 98 a 103 do CC).....	114
4.2.4. Bem de família.....	115
4.3. Súmulas e enunciados sobre bens.....	116
5. Dos Fatos Jurídicos.....	119
5.1. Conceito.....	119
5.2. Classificação do fato jurídico <i>lato sensu</i>	119
5.3. Teoria geral do negócio jurídico.....	120
5.3.1. Classificação do negócio jurídico.....	120
5.3.2. Dos planos do negócio jurídico e da escada ponteana.....	121
5.3.3. Do plano da existência.....	123
5.3.4. Do plano da validade.....	124
5.3.5. Os vícios (ou defeitos) dos negócios jurídicos.....	127
5.3.5.1. Erro ou ignorância (arts. 138 a 144 do Código Civil).....	127
5.3.5.2. Dolo (arts. 145 a 150 do CC).....	129
5.3.5.3. Coação (arts. 151 a 155 do CC).....	129
5.3.5.4. Lesão (art. 157 do CC).....	130
5.3.5.5. Estado de perigo (art. 156 do CC).....	131
5.3.5.6. Fraude contra credores (arts. 158 a 165 do CC).....	133
5.3.5.6.1. Conceito de fraude contra credores.....	133
5.3.5.6.2. Elementos da fraude.....	134
5.3.5.6.3. Da conservação dos atos na matrícula do imóvel, para demonstração de boa-fé.....	135

5.3.5.6.4. Preservação do negócio jurídico (manutenção).....	135
5.3.5.6.5. Ação pauliana para anular negócio jurídico.....	136
5.3.5.6.6. Prova	136
5.3.5.6.7. Presunções.....	137
5.3.5.6.8. Questões relevantes.....	137
5.3.5.7. Simulação	138
5.3.6. Principais diferenças entre ato nulo e anulável	139
5.3.7. Do plano da eficácia.....	141
5.3.7.1. Fatores de eficácia (ou elementos acidentais) que indicam se o negócio produzirá ou não efeitos.....	141
5.4. Súmula e enunciados sobre negócio jurídico.....	145
6. Prescrição e Decadência.....	149
6.1. Da prescrição.....	149
6.1.1. Conceito.....	149
6.1.2. Características da prescrição.....	149
6.1.3. Das causas que impedem e suspendem a prescrição.....	151
6.1.4. Das causas que interrompem a prescrição.....	151
6.1.5. Dos prazos prescricionais	153
6.1.6. Ações imprescritíveis.....	154
6.1.7. Da diferença com preclusão e perempção.....	154
6.1.8. A desestabilização do sistema de prescrição em decorrência da revogação do art. 194 do Código Civil.....	154
6.1.8.1. A revogação do art. 194 do Código Civil.....	154
6.1.8.2. O direito do prescribente a renunciar à prescrição	156
6.1.8.3. Até que grau de jurisdição a prescrição pode ser alegada de ofício pelo juiz?.....	157
6.1.8.4. A ação regressiva contra os assistentes e representantes legais quando se dá causa à prescrição ou não se a alega oportunamente.....	158
6.1.8.5. A decadência convencional e o art. 211 do Código Civil.....	158
6.1.8.6. A prescrição tornou-se matéria de ordem pública?	160
6.2. Da decadência.....	161
6.2.1. Conceito.....	161
6.2.2. Características da decadência.....	161
6.2.3. Das diferenças entre prescrição e decadência.....	161
6.2.4. Critério científico para distinguir o prazo prescricional do prazo decadencial criado pelo Código Civil.....	162
6.3. Súmulas e enunciados sobre prescrição e decadência.....	163
7. Do Direito das Obrigações	167
7.1. Diferenças entre Direito das Obrigações e Direitos Reais.....	167

7.2. Obrigações híbridas.....	168
7.3. Distinções terminológicas.....	169
7.4. Conceito de obrigação.....	170
7.5. Fontes das obrigações.....	170
7.6. Elementos da obrigação.....	171
7.7. Modalidades das obrigações.....	172
7.7.1. Obrigação de dar.....	172
7.7.2. Obrigação de fazer (arts. 247 a 249 do CC).....	174
7.7.3. Obrigação de não fazer (arts. 250 e 251 do CC).....	175
7.7.4. Obrigação cumulativa ou conjuntiva.....	176
7.7.5. Obrigação alternativa ou disjuntiva (arts. 252 a 256 do CC).....	176
7.7.6. Obrigação divisível (arts. 257 a 263 do CC).....	177
7.7.7. Obrigação indivisível (arts. 257 a 263 do CC).....	178
7.7.8. Obrigação solidária (regras gerais nos arts. 264 a 266 do CC).....	179
7.8. Transmissão das obrigações.....	182
7.8.1. Cessão de crédito (arts. 286 a 298 do CC).....	182
7.8.2. Assunção de dívida ou cessão do débito (arts. 299 a 303 do CC).....	184
7.8.3. Cessão da posição contratual.....	186
7.9. Teoria do pagamento.....	187
7.9.1. Do pagamento direto (arts. 304 a 333 do CC).....	187
7.9.1.1. De quem deve pagar (arts. 304 a 307 do CC).....	187
7.9.1.2. Daqueles a quem se deve pagar (arts. 308 a 312 do CC).....	188
7.9.1.3. Do objeto e da prova do pagamento (arts. 313 a 326 do CC).....	189
7.9.1.4. Do local do pagamento (arts. 327 a 330 do CC).....	190
7.9.1.5. Do tempo do pagamento (arts. 331 a 333 do CC).....	191
7.9.2. Do pagamento indireto.....	192
7.9.2.1. Formas indiretas de pagamento.....	192
7.10. Do Inadimplemento das obrigações.....	200
7.10.1. Inadimplemento involuntário.....	200
7.10.2. Inadimplemento voluntário.....	201
7.10.2.1. Espécies de inadimplemento voluntário.....	206
7.10.3. Adimplemento substancial.....	207
7.11. Da cláusula penal (arts. 408 a 416 do CC).....	208
7.12. Das arras (arts. 417 a 420 do CC).....	211
7.13. Súmulas e enunciados sobre obrigações.....	214
8. Teoria Geral dos Contratos.....	221
8.1. Introdução.....	221
8.2. A crise dos contratos.....	222
8.3. Conceito de contrato.....	222
8.4. Classificação dos contratos.....	223

14 ► ELEMENTOS DE DIREITO CIVIL

8.5. Princípios contratuais.....	227
8.5.1. Princípio da autonomia privada.....	227
8.5.2. Princípio da função social do contrato.....	230
8.5.3. Princípio da boa-fé objetiva.....	233
8.5.4. Princípio da força obrigatória do contrato.....	236
8.5.5. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato.....	236
8.6. Formação do contrato.....	238
8.7. Garantias contratuais.....	242
8.7.1. Dos vícios contratuais.....	242
8.7.2. Da evicção.....	243
8.8. Revisão judicial dos contratos.....	246
8.9. Extinção dos contratos.....	248
8.10. Súmulas e enunciados sobre Teoria Geral dos Contratos.....	251
9. Dos Contratos em Espécie.....	259
9.1. Compra e venda (arts. 481 a 532 do CC).....	259
9.1.1. Conceito.....	259
9.1.2. Elementos essenciais.....	260
9.1.3. Natureza jurídica do contrato de compra e venda.....	262
9.1.4. Efeitos do contrato de compra e venda.....	262
9.1.5. Restrições à compra e venda.....	264
9.1.6. Vendas especiais.....	269
9.1.7. Pactos adjetos (unidos) ou cláusulas especiais à compra e venda.....	270
9.2. Troca ou permuta (art. 533 do CC).....	273
9.3. Contrato estimatório (arts. 534 a 537 do CC).....	275
9.4. Doação (arts. 538 a 564 do CC).....	276
9.4.1. Introdução.....	276
9.4.2. Espécies de doação.....	277
9.4.3. Aceitação da doação.....	281
9.4.4. Revogação da doação por ingratidão.....	281
9.4.5. Promessa de doação.....	282
9.5. Locação de coisas no Código Civil (arts. 565 a 578 do CC).....	284
9.5.1. Conceito.....	284
9.5.2. Partes do contrato.....	284
9.5.3. Elementos do contrato.....	285
9.5.4. Aluguel.....	285
9.5.5. Tempo da locação.....	285
9.5.6. Natureza jurídica do contrato de locação.....	285
9.5.7. Interpretação e promessa de locação.....	286
9.5.8. Obrigações do locador.....	286
9.5.9. Obrigações do locatário.....	286

9.5.10. Características da locação de coisas.....	287
9.5.11. Hipóteses de extinção da locação de coisas	287
9.6. Da locação disciplinada pela Lei n. 8.245/91	288
9.6.1. Objetivo da lei – regras gerais	288
9.6.2. Solidariedade legal	288
9.6.3. A outorga conjugal no contrato de locação.....	289
9.6.4. Retomada do imóvel pelo locador	289
9.6.4.1. Prorrogação do contrato por prazo indeterminado	290
9.6.4.1.1. Locação residencial (arts. 46 e 47 da Lei n. 8.245/91)	290
9.6.4.1.2. Locação não residencial (arts. 51 a 57 da Lei n. 8.245/91).....	291
9.6.5. Locação por temporada (arts. 48 a 50 da Lei n. 8.245/91).....	292
9.6.6. Devolução do imóvel pelo locatário.....	292
9.6.7. Casos de transferência do contrato e sublocações.....	292
9.6.8. Direitos do locador.....	293
9.6.9. Deveres do locador (art. 22 da Lei n. 8.245/91).....	294
9.6.10. Direitos do locatário.....	294
9.6.11. Deveres do locatário (art. 23 da Lei n. 8.245/91).....	295
9.6.12. Características do aluguel	296
9.6.13. Das benfeitorias no imóvel.....	297
9.6.14. Direito de preferência (arts. 27 a 34 da Lei n. 8.245/91).....	297
9.6.15. Da denúncia em razão da alienação do imóvel	298
9.6.16. Garantias locatícias	299
9.6.16.1. Particularidades das garantias.....	300
9.6.17. Da locação <i>built-to-suit</i>	300
9.6.18. Tabela comparativa com a redação antiga da Lei do Inquilinato e a nova redação promovida pela Lei n. 12.112/2009.....	301
9.7. Empréstimos	302
9.7.1. Do comodato (arts. 579 a 585 do CC).....	302
9.7.1.1. Obrigações do comodatário	303
9.7.2. Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC)	304
9.8. Prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC)	306
9.8.1. Características da prestação de serviço.....	306
9.8.2. Extinção da prestação de serviço.....	306
9.9. Empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	307
9.9.1. Modalidades de empreitada	308
9.9.2. Direitos e deveres do empreiteiro	309
9.9.3. Direitos e deveres do comitente.....	310
9.9.4. Características da empreitada	310
9.10. Depósito (arts. 627 a 652 do CC).....	311
9.10.1. Modalidades de depósito.....	312
9.10.2. Características do depósito.....	312

16 ► ELEMENTOS DE DIREITO CIVIL

9.10.3. Direitos e obrigações do depositário	313
9.10.4. Extinção do depósito	314
9.11. Mandato (arts. 653 a 692 do CC).....	314
9.11.1. Características do mandato	314
9.11.2. Espécies de mandato.....	316
9.11.3. Extinção do mandato	317
9.11.4. Normas sobre a extinção do mandato.....	318
9.12. Comissão (arts. 693 a 709 do CC).....	319
9.13. Agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	321
9.14. Corretagem ou mediação (arts. 722 a 729 do CC)	324
9.15. Transporte (arts. 730 a 756 do CC)	325
9.15.1. Regras gerais de transporte	325
9.15.2. Do transporte de pessoas	325
9.15.3. Do transporte de coisas	326
9.16. Seguro (arts. 757 a 802 do CC)	328
9.16.1. Regras gerais do seguro	328
9.16.2. Do seguro de dano	331
9.16.3. Do seguro de pessoa	332
9.17. Constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC).....	334
9.18. Jogo e aposta (arts. 814 a 817 do CC).....	337
9.19. Fiança ou caução fidejussória (arts. 818 a 839 do CC).....	339
9.19.1. Características da fiança.....	340
9.20. Transação (arts. 840 a 850 do CC).....	342
9.20.1. Características da transação.....	343
9.21. Compromisso (arts. 851 a 853 do CC)	344
9.21.1. Estudo do compromisso	345
9.21.2. Estudo da arbitragem.....	345
9.22. Súmulas e enunciados sobre contratos em espécie	348
10. Da Responsabilidade Civil Extracontratual.....	359
10.1. Noção histórica	359
10.2. O Direito Civil Constitucional e a responsabilidade civil.....	359
10.3. Conceito de responsabilidade civil.....	364
10.4. Elementos da responsabilidade civil extracontratual.....	367
10.4.1. Ação ou omissão do agente.....	367
10.4.2. Dolo ou culpa	372
10.4.3. Dano.....	375
10.4.4. Nexo causal.....	389
10.4.4.1. Teorias sobre a relação de causalidade	389
10.4.4.2. Rompimento do nexo causal: das excludentes de respon- sabilidade civil	391

10.4.4.3. A teoria da perda da chance.....	393
10.5. Da classificação da responsabilidade civil extracontratual	397
10.5.1. Da responsabilidade civil objetiva.....	398
10.5.1.1. Das principais hipóteses de responsabilidade civil objetiva	402
10.5.1.2. O direito de regresso na responsabilidade civil por fato ou	
ato de terceiros	406
10.5.1.3. A solidariedade entre autor do dano e terceiro, e o caso do	
incapaz	407
10.5.2. A fixação do valor da indenização.....	407
10.6. A responsabilidade civil nas relações trabalhistas.....	409
10.7. A responsabilidade civil pela quebra dos espousais	412
10.8. Súmulas e enunciados sobre responsabilidade civil extracontratual.....	413
11. Do Direito das Coisas: o Estudo da Posse.....	423
11.1. Distinções terminológicas.....	424
11.2. Classificação da posse	424
11.3. Aquisição da posse	425
11.3.1. Modos de aquisição pela tradição	425
11.3.2. Aquisição pelo constituto possessório.....	426
11.3.3. Modos de aquisição pela acessão.....	426
11.4. Efeitos da posse.....	427
11.5. Conceitos importantes	428
12. Dos Direitos Reais	431
12.1. Direitos Reais	431
12.1.1. Classificação.....	434
12.1.2. Características fundamentais dos direitos reais	434
12.1.3. Outras características dos direitos reais.....	435
12.2. Da propriedade	435
12.2.1. Extensão vertical da propriedade.....	436
12.2.2. Faculdades inerentes à propriedade	436
12.2.3. Espécies de propriedade	437
12.2.4. Características do direito de propriedade.....	437
12.2.5. Conteúdo constitucional da propriedade.....	437
12.2.6. Função social da propriedade.....	438
12.2.6.1. Espécies de função social da propriedade.....	438
12.2.7. Outro exemplo de aplicação da função social da propriedade: a de-	
sapropriação judicial.....	440
12.2.8. Modos de aquisição da propriedade.....	446
12.2.9. Formas de aquisição da propriedade	446
12.2.10. Formas de aquisição da propriedade imóvel.....	447

12.2.10.1. Registro (arts. 1.245 a 1.247 do CC)	447
12.2.10.2. Usucapião	449
12.2.10.2.1. Características importantes da usucapião.....	461
12.2.10.3. Acesso	462
12.2.11 Formas de aquisição da propriedade móvel	466
12.2.11.1. Formas originárias	466
12.2.11.2. Formas derivadas	467
12.2.12. Modos de perda da propriedade (imóvel e móvel)	469
12.2.13. Propriedade resolúvel	470
12.2.13.1. Hipóteses de propriedade resolúvel.....	472
12.2.14. Dos direitos de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC).....	473
12.2.14.1. Características dos direitos de vizinhança	473
12.2.14.2. Do uso anormal da propriedade (art. 1.277 do CC).....	474
12.2.14.3. Das árvores limítrofes (art. 1.282 do CC).....	474
12.2.14.4. Da passagem forçada.....	475
12.2.14.5. Da passagem de cabos e tubulações	476
12.2.14.6. Das águas.....	476
12.2.14.7. Do limite entre prédios e direito de tapagem.....	478
12.2.14.8. Do direito de construir	478
12.2.15. Do condomínio.....	480
12.2.15.1. Do condomínio ordinário.....	480
12.2.15.2. Do condomínio edilício	483
12.2.15.2.1. Elementos constitutivos do condomínio edilício	484
12.2.16. Prazo prescricional para a cobrança de cotas condominiais em	
atraso	488
12.2.17. Questões polêmicas sobre condomínio edilício	489
12.2.18. Condomínio de lotes.....	495
12.3. Dos direitos reais sobre coisas alheias	496
12.3.1. Dos direitos reais sobre coisas alheias de gozo ou fruição.....	496
12.3.1.1. Direito real de superfície (arts. 1.369 a 1.377 do CC).....	496
12.3.1.2. Servidão (arts. 1.378 a 1.389 do CC).....	499
12.3.1.3. Usufruto (arts. 1.390 a 1.411 do CC)	502
12.3.1.4. Uso (arts. 1.412 e 1.413 do CC).....	506
12.3.1.5. Habitação (arts. 1.414 a 1.416 do CC)	506
12.3.2. Do direito real à aquisição de coisa alheia	506
12.3.2.1. Direito do promitente comprador do imóvel (arts. 1.417 e	
1.418 do CC)	506
12.3.2.2. Características do direito do promitente comprador do imó-	
vel, de acordo com o Código Civil	507
12.3.2.3. Características do direito do compromissário comprador	
do imóvel, de acordo com a Lei de Parcelamento do Solo	
Urbano	507

12.3.3. Dos direitos reais de garantia	510
12.3.3.1. Do penhor (arts. 1.431 a 1.472 do CC)	513
12.3.3.2. Da hipoteca (arts. 1.473 a 1.505 do CC)	517
12.3.3.3. Da anticrese (arts. 1.506 a 1.510 do CC)	520
12.3.3.4. Da laje	521
12.3.3.5. Da alienação fiduciária em garantia	523
12.4. Súmulas referentes ao direito do promitente comprador do imóvel.....	524
12.5. Súmulas e enunciados sobre Direito das Coisas.....	524
13. Do Direito das Famílias.....	535
13.1. Aspectos constitucionais do Direito de Família	535
13.2. Principais mudanças no Direito de Família, comparando o Código Civil de 1916 com o de 2002.....	536
13.3. Princípios do Direito de Família	537
13.4. Novas formas de constituição de família	542
13.5. Casamento	543
13.5.1. Conceito	543
13.5.2. Natureza jurídica	543
13.5.3. Princípios do casamento.....	544
13.5.4. Capacidade para o casamento.....	544
13.5.5. Triade do casamento.....	551
13.5.5.1. Habilitação para o casamento (arts. 1.525 a 1.532 do CC) .	551
13.5.5.2. Celebração do casamento (arts. 1.533 a 1.542 do CC)	552
13.5.5.2.1. Hipóteses excepcionais de celebração do casamento	554
13.5.5.3. Registro do casamento (arts. 1.543 a 1.547 do CC)	556
13.5.6. Provas do casamento	556
13.5.7. Invalidade do casamento	557
13.5.7.1. Casamento nulo.....	557
13.5.7.2. Casamento anulável	562
13.5.7.3. Casamento putativo.....	568
13.5.8. Efeitos jurídicos do casamento.....	569
13.5.9. Regime de bens	570
13.5.9.1. Disposições gerais.....	570
13.5.9.2. Modificação do regime de bens	574
13.5.9.3. Da escolha do regime de bens e do pacto antenupcial (arts. 1.653 a 1.657 do CC)	586
13.5.9.4. Das diversas espécies de regime de bens.....	589
13.5.10. Causas suspensivas do casamento.....	597
13.5.11. Das formas de dissolução da sociedade conjugal.....	601
13.5.11.1. Da extinção pela morte.....	601

13.5.11.2. Da invalidade do casamento (nulidade e anulabilidade) .	602
13.5.11.3. Da separação do casal.....	602
13.5.11.4. Do divórcio	619
13.5.11.5. Breves considerações sobre a separação e o divórcio extrajudicial	621
13.6. Da união estável	623
13.6.1. Da evolução no tempo da união estável.....	623
13.6.2. Do conceito de união estável	624
13.6.3. Do contrato de namoro em virtude da dificuldade de diferenciação com a união estável	625
13.6.4. Da aplicação da regra do regime de separação obrigatória na união estável.....	627
13.6.5. Da união estável envolvendo menores de idade	628
13.6.6. A união estável da pessoa com deficiência após o advento da Lei n. 13.146/2015	632
13.6.7. Do reconhecimento e da dissolução da união estável.....	632
13.6.8. Da necessidade ou não de outorga convivencial na união estável..	633
13.6.9. Da possibilidade de se dar publicidade da união estável por meio de registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais que faz surgir um estado civil aos conviventes	634
13.6.10. Direitos decorrentes da união estável.....	639
13.6.11. Direitos decorrentes do concubinato.....	643
13.6.12. Deveres na união estável	646
13.6.13. Conversão da união estável em casamento	646
13.6.14. Uniões estáveis concomitantes, sucessivas ou uniões plúrimas....	649
13.7. Das uniões estáveis homoafetivas	650
13.7.1. Do casamento homoafetivo com e sem prévia união estável.....	651
13.7.2. Do contrato de convivência homoafetiva	652
13.8. Dos alimentos (arts. 1.694 a 1.710 do CC).....	656
13.8.1. A fixação dos alimentos	657
13.8.2. Das espécies de alimentos.....	657
13.8.3. A legitimidade ativa dos alimentos.....	659
13.8.4. A renúncia aos alimentos.....	660
13.8.5. Divisibilidade da obrigação alimentar	661
13.8.6. Prescritibilidade × imprescritibilidade da obrigação alimentar	665
13.8.7. Da transmissibilidade da obrigação de alimentar.....	666
13.8.8. Dos alimentos pós-divórcio.....	667
13.8.9. Termo inicial dos alimentos	668
13.8.10. Termo final dos alimentos.....	668
13.8.11. Débito que autoriza a prisão do alimentante.....	669
13.8.12. Obrigação alimentar do Estado.....	670
13.8.13. Transação dos alimentos	671
13.8.14. Características dos alimentos	671

13.8.15. Alimentos gravídicos	672
13.8.16. A culpa na separação e os alimentos	673
13.9. Proteção da pessoa dos filhos (arts. 1.583 a 1.590 do CC)	673
13.9.1. Espécies de guarda	674
13.9.2. Características da guarda	675
13.9.3. O direito de visita dos avós	676
13.10. Das relações de parentesco (arts. 1.591 a 1.595 do CC)	677
13.11. Da filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC)	680
13.12. Do reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC)	681
13.13. Da adoção (arts. 1.618 a 1.629 do CC)	682
13.14. Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC)	683
13.15. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores (arts. 1.689 a 1.693 do CC)	685
13.16. Da tutela (arts. 1.728 a 1.766 do CC)	686
13.17. Da curatela (arts. 1.767 a 1.783 do CC) e da tomada de decisão apoiada (art. 1.783-A do CC)	690
13.18. Do bem de família (arts. 1.711 a 1.722 do CC)	700
13.19. Algumas questões interessantes na jurisprudência do STJ, sobre bem de família	703
13.20. Súmulas e enunciados sobre Direito de Família	704
14. Do Direito das Sucessões	715
14.1. Sucessão em geral	715
14.1.1. Conceito e classificação	715
14.1.2. Terminologia da sucessão	716
14.1.3. Relações excluídas da sucessão	719
14.1.4. Momento da abertura da sucessão	719
14.1.5. Comoriência	723
14.1.6. Indivisibilidade da herança	723
14.1.7. Cessão de direitos hereditários	724
14.1.8. Aceitação ou <i>aditio</i>	727
14.1.9. Renúncia da herança	728
14.1.9.1. Espécies de renúncia	730
14.1.9.2. Questões relevantes sobre a renúncia	730
14.1.10. Da ação de petição de herança (arts. 1.824 a 1.828 do CC)	731
14.1.11. Legitimação sucessória	732
14.1.12. Espécies sucessórias	734
14.2. Sucessão legítima	735
14.2.1. Hipóteses de cabimento da sucessão legítima	735
14.2.2. Das pessoas contempladas na lei como herdeiros legítimos	736
14.2.3. Das regras da sucessão legítima	737
14.2.4. Da sucessão do descendente	739

14.2.5. Da sucessão do ascendente.....	740
14.2.6. Da sucessão do cônjuge e do companheiro.....	741
14.2.6.1. Aspectos gerais.....	741
14.2.6.2. Do direito real de habitação decorrente da sucessão.....	743
14.2.6.3. Concorrência do cônjuge ou companheiro com o descendente.....	746
14.2.6.4. Concorrência do cônjuge e do companheiro com o ascendente.....	754
14.2.7. Do histórico da modificação na sucessão do companheiro e das consequências principais da mudança.....	755
14.2.8. Da sucessão do colateral.....	758
14.2.9. A sucessão para o poder público.....	760
14.3. Sucessão testamentária.....	761
14.3.1. Introdução.....	761
14.3.2. Normas regulamentadoras da sucessão testamentária.....	762
14.3.3. Incapacidade testamentária.....	763
14.3.4. Do conteúdo do testamento.....	764
14.3.5. Revogação do testamento.....	764
14.3.6. Do rompimento do testamento.....	766
14.3.7. Formas de testamento.....	766
14.3.7.1. Formas ordinárias de testamento.....	766
14.3.7.2. Formas especiais de testamento.....	769
14.3.8. Dos codicilos.....	770
14.3.9. Das disposições testamentárias.....	770
14.3.10. Das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade.....	772
14.3.11. Da invalidade do testamento.....	774
14.3.12. Da diferença entre indignidade e deserção.....	774
14.3.13. Das substituições testamentárias.....	776
14.3.14. Do testamenteiro.....	779
14.4. Súmulas e enunciados sobre sucessões.....	780
<i>Referências</i>	783